- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

Hoje, como outrora, o riso tem uma multidão de significações possíveis, que vão da zombaria sarcástica que exclui à complexidade amigável que censura. Ele pode ser bom, mau ou neutro. Como fenômeno natural, o riso parece ter evoluído pouco, a não ser no sentido de ter-se adquirido maior controle do espírito. Nós rimos mais baixo e de maneira menos desenfreada que nossos ancestrais, o que não surpreende ninguém.

Contudo, além dessas alterações de forma superficial, foi o lugar do riso, na vida e na sociedade, que mudou, assim como o discurso sobre o riso, a maneira como ele é interpretado, analisado, percebido. O fato de lhe terem consagrado numerosos tratados, em todas as épocas, demonstra, ao menos, que todas as sociedades lhe conferiram um lugar importante, e a maneira como ele foi percebido é reveladora das grandes variações de mentalidade.

Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram. Rimos hoje quase das mesmas coisas que antigamente. As técnicas variaram, mas sempre rimos para zombar de nós, para acalmar nosso medo, para manifestar nossa simpatia, para reforçar nossos vínculos e para excluir. O simples enunciado dos motivos mostra que o riso é plural. Os risos são muito diferentes e sempre o foram.

Georges Minois. **História do riso e do escárnio**. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 629-630 (com adaptações).

A partir das ideias do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

1 Segundo as ideias do texto, o riso, desde a sua origem, está associado a várias significações, por isso é impossível definir claramente se ele é uma ação positiva, negativa ou neutra.
JUSTIFICATIVA - Errado. Embora seja correto afirmar que no texto há a ideia de que o riso está associado a várias significações, não se encontra no texto respaldo para a afirmação de que essa multiplicidade de significações existe desde as origens do riso. Também não se pode depreender do texto que, devido a essas muitas significações, é impossível definir claramente se o riso se constitui como uma ação positiva, negativa ou neutra. Na verdade, ser bom, mau ou neutro é mais uma das significações que o riso tem.

2 Infere-se do texto que a informação de que os motivos de hilaridade mudaram com o tempo é equivocada.
JUSTIFICATIVA - Certo. Tal ideia está presente no trecho a seguir: "Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram. Rimos hoje quase das mesmas coisas que antigamente".

3 Entende-se do texto que todas as sociedades conferem ao riso um lugar de destaque e a natureza desse lugar varia à medida que a mente humana evolui.
JUSTIFICATIVA - Errado. Não é coerente com as ideias do texto a afirmação de que o lugar do riso nas sociedades varia à medida que a mente humana evolui. No texto se afirma tão somente que "a maneira como ele [o riso] foi percebido é reveladora das grandes variações de mentalidade", o que não diz respeito à evolução da mente humana, mas sim aos comportamentos das sociedades.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens que se seguem.

4 É obrigatório o emprego do acento indicativo de crase no termo "à" em "à complexidade amigável" (primeiro período do texto).
JUSTIFICATIVA - Certo. O acento grave usado no termo "à" resulta da crase da preposição "a", consequência da estrutura "vai de ... a ... ", com o artigo definido feminino, resultado de paralelismo "vai da ... à ...". Nesse caso, o uso desse acento é obrigatório.

5 No primeiro período do segundo parágrafo, a forma verbal "mudou" estabelece concordância com o termo "sociedade", haja vista ser este o elemento mais próximo.
JUSTIFICATIVA - Errado. A forma verbal "mudou" tem como sujeito "o lugar do riso", com cujo núcleo — "lugar" — estabelece concordância. Ressalta-se que o termo "que" é meramente expletivo, parte da estrutura de realce "foi ... que", portanto não tem função anafórica.

6 No último período do primeiro parágrafo, a expressão "de maneira menos desenfreada" poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, por **menos desenfreado**, mantendo-se, assim, o paralelismo sintático com o termo "baixo".
JUSTIFICATIVA - Errado. Diferentemente do vocábulo "baixo", que pode ser empregado como advérbio, tal qual o é no trecho em apreço, o vocábulo "desenfreado" é necessariamente adjetivo e não basta para desempenhar a função de adjunto adverbial no texto.

7 No primeiro período do último parágrafo, o vocábulo "se" está empregado como índice de indeterminação do sujeito, isto é, serve para indeterminar o sujeito gramatical da forma verbal "escuta".
JUSTIFICATIVA - Errado. A palavra "se", na oração "Ao contrário do que sempre se escuta", tem o papel de pronome apassivador, pois ele se combina a um verbo transitivo direto — "escutar". De acordo com a gramática normativa, quando o pronome "se" aparece associado a um verbo transitivo direto, ele é classificado como pronome apassivador e a oração em que ele aparece está na voz passiva sintética.

Considerando as orientações constantes da segunda edição do **Manual de Redação Oficial do TCDF**, julgue os itens seguintes.

8 A necessária uniformidade das comunicações oficiais decorre da natureza uniforme da administração pública em todas as suas esferas (municipal, distrital, estadual e federal).
JUSTIFICATIVA - Certo. O item encontra respaldo no Manual de Redação Oficial do TCDF (2.ª ed., p. 18): "É importante salientar que a formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a Administração Pública (municipal, estadual, distrital ou federal) é una, é natural que suas comunicações sigam um mesmo padrão".

9 Quando usados com parcimônia, fórmulas de refinada cortesia, estruturas consagradas pelo uso e termos técnicos contribuem para garantir a eficácia das comunicações oficiais.
JUSTIFICATIVA - Errado. No Manual de Redação Oficial do TCDF (2.ª ed., p. 13), apresenta-se o seguinte sobre a eficácia das comunicações oficiais: "A eficácia da comunicação oficial depende basicamente do uso de linguagem simples e direta, chegando ao assunto que se deseja expor sem passar, por exemplo, pelos atalhos das fórmulas de refinada cortesia usuais no século passado. Ontem o estilo tendia ao rebuscamento, aos rodeios ou aos circunlóquios; hoje, a vida moderna obriga a uma redação mais objetiva e concisa". Como se vê, o trecho deixa claro que, para garantir eficácia nas comunicações oficiais, deve-se evitar o uso de fórmulas de refinada cortesia. Além disso, em momento algum, se menciona o uso parcimonioso de estruturas consagradas pelo uso e de termos técnicos como meios de atingir a eficácia das comunicações oficiais.

10 Para que se elabore um texto conciso, é preciso conhecimento sobre o assunto a ser tratado e tempo para a revisão do texto produzido.
JUSTIFICATIVA - Certo. Com relação à garantia da concisão, o Manual de Redação Oficial do TCDF (2.ª ed., p. 16) prevê o seguinte: "Para que se redija um texto conciso, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o tempo necessário para revisá-lo depois de pronto. É nessa revisão que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de ideias". Sendo assim, conhecimento sobre o assunto a ser tratado no texto e tempo para revisão do texto produzido configuram-se como elementos fundamentais para a redação de um texto conciso.

Julgue os itens a seguir, a respeito da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), considerando, quando cabível, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

11 O STF declarou inconstitucional norma da LODF que instituiu a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal como representante judicial desta corte de contas, ao fundamento de que essa atribuição compete à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, como órgão central do sistema jurídico do DF.
JUSTIFICATIVA - Errado. No julgamento do *RE 1023883* AgR, o STF declarou inconstitucional o art. 84-A da LODF, que criou a Procuradoria-Geral do TCDF, em razão do vício formal de iniciativa, porquanto a sua criação decorreu de emenda à LODF de origem parlamentar, o que violou a autonomia e o poder de iniciativa legislativa do TCDF para organizar e alterar a sua estrutura.
O julgamento foi definido por maioria de 3 votos a 2. Prevaleceu o fundamento adotado pelos Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski no sentido da inconstitucionalidade formal da norma que criou a PG do TCDF. É o que consta da ementa do acórdão exarado no RE n. 1.023.883 Agr, *in verbis*:
"Ementa: AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. EMENDA À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. CRIAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. AGRAVOS NÃO PROVIDOS.
1. É inconstitucional a Emenda 95/2016 à Lei Orgânica do Distrito Federal, a qual instituiu a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de representação judicial daquela Corte, tendo em vista que compete às Cortes de Contas a iniciativa do processo legislativo tendente a alterar suas estruturas organizacionais. Precedentes.
2. Agravos regimentais a que se nega provimento.(JULG-22-11-2022 UF-DF TURMA-02 MIN-EDSON FACHIN N.PÁG-073 DJe-s/n DIVULG 14-03-2023 PUBLIC 15-03-2023)".

12 Em seu título inicial, a LODF reproduz os princípios fundamentais, com as devidas adaptações à posição federativa do Distrito Federal (DF), bem como a quase totalidade dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.
JUSTIFICATIVA - Errado. O Título I da LODF dispõe sobre os "Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal". Com efeito, ele reproduz, em grande parte, os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), adaptados à posição federativa do Distrito Federal. No entanto, no Título I da LODF, a menção aos direitos e às garantias fundamentais é escassa em comparação ao estabelecido na CF. São previstos, no Título I da LODF, apenas a cláusula geral do princípio da igualdade (art. 2.º, parágrafo único), o direito de petição (art. 4.º) e três direitos políticos (art. 5.º).
Apesar de o art. 3.º conter algumas poucas disposições que tangenciam os direitos fundamentais, ele constitui norma definidora dos objetivos prioritários do DF, sendo, portanto, norma programática vocacionada a orientar o ente federativo, sem a eficácia imediata característica dos direitos e das garantias fundamentais elencados no art. 5.º e em outros dispositivos da CF.

Acerca da tributação e do orçamento do Distrito Federal (DF), julgue os itens que se seguem, com base na LODF.

13 No mínimo 10% do total das despesas com publicidade da Câmara Legislativa do DF devem ser destinadas para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisionada e *online* sediados no DF.
JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está prevista no art. 149, § 9.º, da LODF, sendo a Câmara Legislativa do DF órgão representante do Poder Legislativo local.
"Art. 149. (...) § 9.º As despesas com publicidade do Poder Legislativo e dos órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo serão objeto de dotação orçamentária específica, destinando-se, no mínimo, dez por cento do seu total para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisada e on-line sediados no Distrito Federal."

14 Cabe ao poder público do DF, na forma da lei, a prestação dos serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, e sempre por meio de licitação.
JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva se refere ao *caput* do art. 186 da LODF: "Art. 186. Cabe ao Poder Público do Distrito Federal, na forma da lei, a prestação dos serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, e sempre por meio de licitação, observado o seguinte:".

15 Na aquisição de bens e serviços, o TCDF deve dar tratamento preferencial, nos termos da lei, às atividades econômicas exercidas no DF e, em especial, a empresas brasileiras, sem prejuízo dos princípios da publicidade, legitimidade e economicidade.
JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está prevista no art. 159, § 3.º, da LODF, cuja aplicação alcança o Tribunal de Contas do DF

por ser ele órgão da administração direta do DF.
"Art. 159 (...) § 3.º Na aquisição de bens e serviços, os órgãos e as entidades da administração pública, sem prejuízo dos princípios de publicidade, legitimidade e economicidade, devem dar tratamento preferencial, nos termos da lei, às atividades econômicas exercidas em seu território e, em especial, a empresas brasileiras."

Com base na Lei Complementar n.º 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais), julgue os itens a seguir.

16 A depender dos cargos ocupados por servidores públicos, se houver semelhança de atribuições, a interpretação por analogia é aplicável ao regime de trabalho de ambos os cargos.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a Lei Complementar (LC) n.º 840/2011, art. 57, § 2º:
"§ 2º É vedado aplicar ao regime de trabalho interpretação por analogia, extensão ou semelhança de atribuições."

17 O percentual de adicional de periculosidade devido aos servidores públicos da carreira de execução penal iguala-se ao percentual máximo de adicional de insalubridade devido aos servidores de outras carreiras.
JUSTIFICATIVA - Certo. Somente os servidores da carreira de execução penal recebem percentual de adicional de periculosidade igual ao percentual máximo devido ao adicional de insalubridade, nos termos do art. 83 da LC n.º 840/2011:
"Art. 83. O adicional de insalubridade ou de periculosidade é devido nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, observados os percentuais seguintes, incidentes sobre o vencimento básico:
I cinco, dez, ou vinte por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio ou máximo, respectivamente;
II 10%, no caso de periculosidade, salvo no caso da carreira de Execução Penal, disciplinada pela Lei no 3.669, de 13 de setembro de 2005, que é de 20%."

18 Somente ao servidor público estável é devida gratificação por encargo de curso ou concurso.
JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 100 da LC n.º 840/2011 dispõe que a gratificação por encargo de curso ou concurso é devida ao servidor estável:
"Art. 100. A gratificação por encargo de curso ou concurso é devida ao servidor estável que, em caráter eventual: (...)."

19 Eventual caracterização cumulativa de conduta funcional de servidor público como erro de procedimento e prejuízo moral irrelevante não o isenta de sanção disciplinar.
JUSTIFICATIVA - Errado. A conduta funcional de servidor público classificada como erro de procedimento, caracterizada cumulativamente como prejuízo moral irrelevante, isenta-o de sanção disciplinar, nos termos do art. 210 da LC n.º 840/2011:
"Art. 210. Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional, classificada como erro de procedimento, seja caracterizada, cumulativamente, pela:
(...)
IV prejuízo moral irrelevante;
(...)."

20 Se um servidor público cometer assédio sexual e outro cometer assédio moral, ambos estarão sujeitos à mesma pena máxima de suspensão.
JUSTIFICATIVA - Certo. As práticas de assédio sexual e moral são enquadradas como infrações médias do grupo II, sujeitas à mesma pena máxima de suspensão, nos termos do art. 200 da LC n.º 840/2011:
"Art. 192. São infrações médias do grupo II:
(...)
II praticar ato de assédio sexual ou moral;
(...)
Art. 200. A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado.
§ 1.º A suspensão não pode ser:
I superior a trinta dias, no caso de infração disciplinar média do grupo I;
II superior a noventa dias, no caso de infração disciplinar média do grupo II."

No que diz respeito a contextos políticos, econômicos, sociais, históricos e geográficos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

21 A RIDE é uma região integrada de desenvolvimento econômico e possui efeitos articuladores da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal.
JUSTIFICATIVA - CERTO. O art. 1.º do Decreto n.º 7.469/2011, que regulamenta a Lei Complementar n.º 94/1998, decreta que a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) destina-se à articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal.

22 Está entre as áreas de interesse da RIDE o contexto urbano dos serviços públicos voltados ao saneamento básico — em especial o abastecimento de água, o serviço de limpeza pública e a coleta e o tratamento de esgoto —, ao transporte, à habitação popular e à segurança pública.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Todas as áreas citadas no item estão grafadas no site oficial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); e são considerados áreas de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos estados de Goiás e Minas Gerais e aos municípios que integram a referida região.

23 Água Fria é um município goiano situado ao Sul do Distrito Federal, limítrofe a Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, além de fazer parte do espaço urbano do Entorno e da RIDE, assim como da área metropolitana de Brasília.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Água Fria não possui limites com Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, se situa ao Norte do DF e, embora faça parte da RIDE, não faz parte da área metropolitana de Brasília.

24 Brasília, além de ser a centralidade da RIDE, é responsável por mais de 80% do produto interno bruto (PIB) da RIDE atual.
JUSTIFICATIVA - CERTO. Os dados da CODEPLAN mostram que o produto interno bruto (PIB) de Brasília equivale a 90,1% do PIB da RIDE atual.

25 Compõem a RIDE todos os municípios polarizados por Brasília, uma vez que estão sob influência direta da capital do país.
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Dos 59 municípios polarizados por Brasília, apenas 22 compõem a RIDE do DF e Entorno. Com a proposta do PLS n.º 410/2012, outros quatro seriam incorporados à RIDE, ficando ainda excluídos 33 municípios que estão na área de influência direta de Brasília.

X	frequência absoluta	frequência relativa
0	3	0,10
5	6	0,20
10	15	0,50
15	6	0,20

Considerando que, em um levantamento estatístico realizado por amostragem aleatória simples, tenha sido produzida a tabela de frequências apresentada anteriormente, na qual X denota uma variável de interesse, julgue os seguintes itens.

26 O tamanho da amostra é igual ou superior a 16.
JUSTIFICATIVA - Certo. Com base nas frequências absolutas, obtém-se $n = 3 + 6 + 15 + 6 = 30$. Logo, é correto afirmar que $n \geq 16$.

27 A moda da variável X na amostra em questão é igual a 15.
JUSTIFICATIVA - Errado. A moda amostral é igual a 10, pois, de acordo com as informações contidas na tabela, é a classe que apresenta o maior valor de frequência absoluta e frequência relativa.

28 A mediana da variável X é igual a 10.
JUSTIFICATIVA - Certo. A mediana amostral é $\hat{P}(X \geq 10) \geq 0{,}5$ e $\hat{P}(X \leq 10) \geq 0{,}5$.

29 A variância amostral de X é igual ou inferior a 18.
JUSTIFICATIVA - Errado. A variância amostral deve ser superior a $V^2 = 0{,}1 \times (0-9)^2 + 0{,}2 \times (5-9)^2 + 0{,}5 \times (10-9)^2 + 0{,}2 \times (15-9)^2 = 8{,}1 + 3{,}2 + 0{,}5 + 7{,}2 = 19$, pois $S^2 = n\,V^2/(n-1)$, em que S^2 denota a variância amostral e n é o tamanho da amostra.

Considerando dois eventos aleatórios, E_1 e E_2, tais que $P(E_1 \cap E_2) = 0$, $P(E_1) = 0{,}32$ e $P(E_2) = 0{,}15$, julgue os próximos itens.

30 $P(E_1|E_2) = P(E_2|E_1)$.
JUSTIFICATIVA - Certo. $P(E_1|E_2) = P(E_2|E_1) = 0$, pois $P(E_1 \cap E_2) = 0$.

31 E_1 e E_2 são eventos independentes.
JUSTIFICATIVA - Errado. Os eventos E_1 e E_2 não são independentes, pois $0 = P(E_1 \cap E_2) \neq P(E_1) \times P(E_2) = 0{,}048$.

---

operação lógica	símbolo
conjunção	∧
disjunção	∨
negação	~
condicional	⇒
bicondicional	⇔

Assumindo que as proposições lógicas simples são representadas por letras maiúsculas e que a tabela precedente relaciona os símbolos lógicos usuais às operações lógicas que eles representam, julgue os itens a seguir.

32 A proposição lógica (A⇒(B⇒C)) ⇔ ((A∧B)⇒C) é uma tautologia.
JUSTIFICATIVA - Certo. Aplicando-se as regras de equivalência, conclui-se que A⇒(B⇒C) ⇔ (~A) ∨ (~B∨C) ⇔((~A)∨(~B))∨C ⇔ ~(A∧B)∨C ⇔ ((A∧B)⇒C).

33 A sentença "A missão dos tribunais de contas é garantir que os recursos públicos sejam aplicados em favor de suprir as necessidades mais prementes dos contribuintes, por isso a atuação dos auditores públicos na análise dos processos que envolvem gastos públicos é muito importante" pode ser corretamente expressa pela proposição lógica P ⇒ Q.
JUSTIFICATIVA - Certo. A sentença contém duas proposições lógicas simples ligadas pelo conectivo de implicação ⇒.

Um auditor do TCDF recebeu 20 processos para serem analisados, entre os quais 8 estão relacionados à área de saúde, 7 estão relacionados à área de infraestrutura e 5 estão relacionados à área de educação. Esse auditor decidiu que cada processo será analisado separadamente em exatamente uma semana e distribuiu, de maneira aleatória, todos os 20 processos em um cronograma de 20 semanas.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

34 O número de maneiras de se organizar esse cronograma de tal forma que processos da área de educação estejam designados para a quinta e a décima semanas e que dois processos da área de infraestrutura estejam designados para as últimas duas semanas é superior a $2^2 \times 2^2 \times 17!$.
JUSTIFICATIVA - Certo. Para as demais 16 semanas, existem 16! maneiras de distribuir os processos. Para a 5.ª e a 10.ª semanas, serão $2 \times \binom{5}{2} = 20$ maneiras, e, para as duas últimas, serão $2 \times \binom{7}{2} = 42$ maneiras. Dessa forma, a organização do cronograma, de acordo com as condições estabelecidas pelo auditor no caso, poderá ser realizada $20 \times 42 \times 16!$ maneiras, que é superior a $16 \times 17!$.

35 O número de maneiras de se organizar esse cronograma de tal forma que o processo designado para a primeira semana seja relacionado à área de saúde é inferior a $8 \times 7! \times 5!$.
JUSTIFICATIVA - Errado. Existem 8 processos relacionados à área da saúde para a primeira semana; as 19 outras semanas podem ser preenchidas de 19! maneiras, ou seja, o número de maneiras de se organizar esse cronograma, iniciando-se por um processo da área da saúde, é $8 \times 19!$, que é maior que $8 \times 7! \times 5!$.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que diz respeito ao Estado como forma complexa de organização que produz, gere, controla, formula e implementa políticas públicas, julgue os itens a seguir.

36 Para colaborar com a gestão pública, o cidadão pode escolher participar dos conselhos gestores, órgãos colegiados e, em regra, paritários (governo e sociedade), estando consciente do clientelismo e do corporativismo presentes nesse ambiente de democracia participativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. O cidadão pode contribuir com a gestão pública, participando dos conselhos gestores e tutelares. Embora haja exceções, a regra é a paridade. Ainda, o clientelismo e o corporativismo estão presentes na ambiência dos conselhos, conforme literatura já pacificada no mercado.

37 A dominação que assegura longevidade a uma autoridade democrática apoia-se em três fatores: fixação de atividades continuadas ao dominado como dever oficial; poderes de mando fixamente distribuídos, havendo regramento que delimite o emprego de meios coativos; e contratação de pessoas qualificadas para adotar medidas necessárias ao cumprimento do dever oficial.

JUSTIFICATIVA - Certo. A dominação aventada se apoia nos três fatores anotados. Para Max Weber, "O funcionamento específico do funcionalismo moderno manifesta-se da forma seguinte: rege o princípio das competências oficiais fixas, ordenadas, de forma geral, mediante regras: leis ou regulamentos administrativos, isto é: 1) existe uma distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais; 2) os poderes de mando, necessários para cumprir estes deveres, estão também fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar estão também fixamente delimitados por regras; 3) para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes criam-se providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral. Estes três fatores constituem, na dominação baseada no direito público, a existência de uma autoridade burocrática, e na dominação da economia privada, a de uma "empresa" burocrática.".

38 Considera-se indicador social de alta confiabilidade aquele com maior grau de proximidade entre conceito e medida, sendo, consequentemente, um indicador mais sensível e mais específico.

JUSTIFICATIVA - Errado. A validade é o grau de proximidade entre o conceito e a medida, ou seja, o quanto o indicador reflete o conceito no qual ele foi baseado. Um indicador é tanto mais confiável quanto maior a cobertura. Nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais sensível; nem sempre o mais sensível é o mais específico; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido na escala territorial e na periodicidade requerida.

39 A movimentação de questões no âmbito da agenda de discussões políticas decorre do atendimento de características da próxima agenda e ocorre da seguinte forma: as questões passam pela agenda decisória ou de mídia, em seguida pela agenda governamental ou institucional e, por fim, pela agenda sistêmica ou política.

JUSTIFICATIVA - Errado. No universo da agenda, a movimentação das questões ocorre de forma contrária à descrita no item. As questões passam da agenda sistêmica para a governamental e, por fim, para a decisória.

40 Ouvidorias são mecanismos de controle social que propiciam o exercício da cidadania e a partir dos quais o cidadão pode, por exemplo, sugerir aperfeiçoamento dos serviços e das políticas públicas ou mesmo fiscalizar ações do administrador público, por meio do relatório resumido da execução orçamentária (RREO).

JUSTIFICATIVA - Certo. As ouvidorias são instrumentos de gestão pública que propiciam o exercício de cidadania, seja para controlar e fiscalizar as ações do administrador público (por meio do RREO), seja para obter informações, avaliar, criticar e(ou) sugerir aperfeiçoamento dos serviços e das políticas públicas.

Julgue o próximo item, relativo a governabilidade e governança.

41 Considere-se que um governo, para assegurar a aprovação de determinada proposta submetida a escrutínio do plenário da casa legislativa, tenha reservado bilhões em numerário e autorizado os ministérios a efetuar pagamento de emendas do orçamento a deputados. Nessa situação hipotética, tem-se uma movimentação típica do clientelismo, já que o objetivo precípuo é garantir monopólio de representação.

JUSTIFICATIVA - Errado. O clientelismo é um mecanismo em que certos governos oferecem benefícios em troca de apoio político; contudo, a garantia de monopólio de representação está associada ao corporativismo, já que o propósito é beneficiar, estritamente, representantes de determinada classe.

A respeito das ferramentas de análise de ambiente, análise gerencial e análise de desempenho que auxiliam no planejamento, na execução e na avaliação de resultado, julgue os itens subsequentes.

42 O reflexo do melhoramento contínuo nas quatro fases do ciclo PDCA tem como ponto de partida o estabelecimento de procedimentos que contemplem as orientações técnicas e os métodos necessários para que os objetivos e as metas sejam alcançados na fase de execução, que corresponde à segunda fase do ciclo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Para atingir as metas, é necessário desenvolver métodos que considerem os procedimentos e as orientações técnicas necessários à consecução das predições anotadas no planejamento.

43 O BSC (*balanced scorecard*) consolida indicadores, desconexos ou não, em quatro grupos principais ou perspectivas.

JUSTIFICATIVA - Certo. O BSC foi esquematizado pelos seus idealizadores em quatro perspectivas, nas quais são consolidados os indicadores (desconexos ou não): financeira; cliente; processos internos; e aprendizado e crescimento.

44 Na matriz GUT, o produto a ser resolvido primeiro será o que tiver maior pontuação, conforme a nota atribuída a cada problema, que varia de acordo com a sua intensidade, sem risco de empate.

JUSTIFICATIVA - ERRADO: A desvantagem da Matriz GUT é justamente a possibilidade de empate após a multiplicação das notas atribuídas aos critérios gravidade, urgência e tendência. A existência de linhas com mesma pontuação impossibilita que se determine qual problema terá prioridade na solução. Assim, caso haja vários problemas com a mesma pontuação, impede-se a seleção do prioritário.

Acerca dos processos participativos de gestão pública, julgue o item a seguir.

45 As parcerias realizadas entre organizações da sociedade civil e o poder público alicerçam essas organizações e aumentam sua capacidade de atuação, sendo um mecanismo versátil para a atuação do poder público nas demandas sociais.
JUSTIFICATIVA - Certo. As parcerias com o poder público alicerçam as organizações da sociedade civil e aumentam sua capacidade de atuação. Nesse movimento, as pautas gestadas no bojo da sociedade civil são incorporadas à agenda pública, incluindo também grupos tradicionalmente marginalizados na política.
Essa incorporação abre caminho para ganhos de escala das estratégias de enfrentamento aos problemas sociais e sua universalização pode promover maior incidência das OSC.

Julgue os itens que se seguem, relativos a princípios fundamentais, normas constitucionais, direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, União, estados, Distrito Federal e municípios, e servidores públicos.

46 Caso seja proposta emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal para a criação de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, estará correto o relator que entender pela inconstitucionalidade da emenda.
JUSTIFICATIVA - Certo. Súmula STF 649: "É inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.".

47 O fato de norma constitucional ser de eficácia contida não impede a produção de todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com doutrina de referência, normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceito gerais nelas enunciados.

48 Ao servidor público que se sujeite à jornada de trabalho reduzida por escolha própria é lícito o pagamento de valor inferior ao salário mínimo.
JUSTIFICATIVA - Errado. "[é] defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho." (RE 964.659, rel. min. Dias Toffoli, julgado em 8/8/2022, Pleno, DJe de 1.º/9/2022, Tema 900, com mérito julgado)

49 É vedado ao Distrito Federal fornecer medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
JUSTIFICATIVA - Errado. Constituição Federal (CF): "Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.".
"Cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, 19tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS." (RE 1.165.959, redator do acórdão min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/6/2021, Pleno, DJe de 22/10/2021, RG, Tema 1.161, com mérito em julgado).

50 Seria inconstitucional lei do Distrito Federal que autorizasse à Secretaria de Segurança Pública a venda direta de armas de fogo em desuso aos seus integrantes.
JUSTIFICATIVA - Certo. "É inconstitucional a lei estadual que autoriza a seus órgãos de segurança pública a alienação de armas de fogo a seus integrantes, por meio de venda direta." (ADI 7.004, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 25/4/2023, Pleno, DJe de 5/5/2023)

Julgue os itens a seguir, referentes às atribuições do presidente da República, ao controle externo e interno, ao Tribunal de Contas da União (TCU), aos órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério Público.

51 Caso um ato normativo de um órgão do Poder Executivo se desvie do poder regulamentar, caberá ao presidente da República sustá-lo, ouvida a Advocacia-Geral da União.
JUSTIFICATIVA - Errado. Constituição Federal de 1988: "Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) V sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;".

52 As finalidades do sistema de controle interno incluem avaliar a execução dos gastos públicos, no que se refere tanto à legalidade quanto à eficácia e à eficiência da gestão pública.
JUSTIFICATIVA - Certo. Constituição Federal de 1988: "Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.".

53 É lícito ao TCU desconsiderar a pessoa jurídica com o objetivo de alcançar o patrimônio de pessoas físicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário.
JUSTIFICATIVA - Certo. "Ao TCU é assegurado plexo de poderes e mecanismos cautelares voltados à garantia da eficácia de eventuais provimentos definitivos que imponham sanções a agentes públicos ou particulares responsáveis por irregularidades no trato de recursos públicos. (...) É legal e constitucionalmente fundada a desconsideração da pessoa jurídica pelo TCU, de modo a alcançar o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prática de atos lesivos ao erário público, observados o contraditório e a ampla defesa." (MS 35.920, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. min. Gilmar Mendes, julgado em 18/3/2023, P, DJe de 13/4/2023)

54 Cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar as ações ordinárias que impugnem atos do TCU.
JUSTIFICATIVA - Errado. O STF não tem competência para julgar ações ordinárias que impugnem atos do TCU. Como o acessório segue o principal, o mesmo se passa com as ações cautelares preparatórias dessas demandas. (AC 2.404 ED, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 25/2/2014, 1.ª Turma, DJe de 19/3/2014)

55 É inconstitucional lei distrital que promova a divisão de competências entre os membros do Ministério Público para o inquérito civil ou para a ação civil pública.
JUSTIFICATIVA - Errado. Não há violação ao princípio da independência funcional do Ministério Público ao se promover, pela lei estadual, a divisão de competências entre seus membros para o inquérito civil ou para a ação civil pública. Isso porque o art. 127, § 1.º, da CF/1988 estabelece o princípio da independência

funcional como atributo da instituição, e não de cada um de seus membros em particular, cabendo aos estados-membros disciplinar a organização e atribuições internas do órgão nos termos do art. 128, § 5.º, da CF/1988. (ADI 1.285, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 27/3/2023, Pleno, DJe de 5/5/2023)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil, julgue os itens a seguir, considerando, quando cabível, a jurisprudência dos tribunais superiores.

56 A existência de grupo econômico, ainda que sem a presença do requisito de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o art. 50, § 4.º, do Código Civil:

"Art. 50 Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

(...)

§ 4.º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o *caput* deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica".

57 O Código Civil adotou, como regra geral, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo suficiente a inexistência de bens em nome da pessoa jurídica para atingir os bens dos sócios.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Código Civil adotou a teoria maior, conforme jurisprudência do STJ, "nos casos concernentes a relações jurídicas de natureza civil-empresarial, o legislador pátrio, no art. 50 do CC de 2002, adotou a teoria maior da desconsideração, que exige a demonstração da ocorrência de elemento objetivo, relativo a qualquer um dos requisitos previstos na norma, caracterizadores de abuso da personalidade jurídica, como excesso de mandato, demonstração do desvio de finalidade (ato intencional dos sócios em fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica) ou a demonstração de confusão patrimonial (caracterizada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação patrimonial entre o patrimônio da pessoa jurídica e o dos sócios ou, ainda, dos haveres de diversas pessoas jurídicas)." (AgInt nos EDcl no REsp n.º 1.873.983/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 3/4/2023, DJe de 2/5/2023.).

58 Em caso de dissolução irregular da pessoa jurídica, presume-se a existência de desvio de finalidade, para fins de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo entendimento do STJ, "a desconsideração da personalidade jurídica é medida de caráter excepcional que somente pode ser decretada após a análise, no caso concreto, da existência de vícios que configurem abuso de direito, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, requisitos que não se presumem em casos de dissolução irregular ou de insolvência." (AgInt no REsp n. 1.812.292/RO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/5/2020, DJe de 21/5/2020).

59 Para fins de desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil, não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo o art. 50, § 5.º, do Código Civil:

"Art. 50

(...)

§ 5.º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica."

Acerca de prescrição e decadência, julgue os itens que se seguem, com base no Código Civil.

60 Em caso de responsabilidade civil que se origine de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá o prazo prescricional antes da sentença penal definitiva.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme art. 200 do Código Civil:

"Art. 200 Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva."

61 A prescrição intercorrente terá o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas no Código Civil e no Código de Processo Civil.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme art. 206-A do Código Civil, com redação dada pela Lei n.º 14.382, de 2022:

"Art. 206-A A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)."

62 Nos casos de decadência previstos em lei, o juiz não poderá, de ofício, conhecer da decadência, sendo necessária a provocação da parte interessada.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme art. 210 do Código Civil:

"Art. 210 Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei."

A respeito do mandado de segurança, julgue os itens a seguir, com base no entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

63 É vedada a impetração de mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista, por se tratar de pessoa jurídica privada.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme súmula 333 do STJ, "Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública". (SÚMULA 333, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2006, DJ 14/02/2007, p. 246).

64 De acordo com o STF, não é cabível mandado de segurança contra lei em tese.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo súmula 266 do STF, "Não cabe mandado de segurança contra lei em tese".

65 É vedada a impetração de mandado de segurança que invoque a inconstitucionalidade da norma como fundamento para o pedido principal.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o STJ, "a alegação de inconstitucionalidade da norma que ampara os efeitos concretos resultantes do ato coator atacado pode ser suscitada como causa de pedir do mandado de segurança, podendo, se procedente, ser declarada em controle difuso (*incidenter tantum*) pelo juiz ou pelo tribunal. O que a Súmula 266 do STF veda é a impetração de *mandamus* cujo próprio pedido encerra a declaração de inconstitucionalidade de norma em abstrato, pois esse tipo de pretensão diz respeito ao controle concentrado, o qual deve ser exercido no âmbito das ações diretas de (in)constitucionalidade." (STJ, AgInt no REsp 1.796.204/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de

21/05/2019).

A respeito dos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

66 O pagamento irregular de fatura em contrato administrativo, com preterição da ordem cronológica de exigibilidade, configura ilícito administrativo que enseja a responsabilização disciplinar do agente público que o praticou, mas não constitui infração penal, por força da vedação à analogia *in malam partem*.
JUSTIFICATIVA - Errado. Trata-se de conduta tipificada como crime no Código Penal: "Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade".

67 Nos casos de condenação por crime contra a administração pública, a progressão do regime de cumprimento de pena fica condicionada à reparação do dano ou à devolução do produto do crime.
JUSTIFICATIVA - Certo. Código Penal, art. 33, § 4.º: "O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais".

À luz da legislação penal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens que se seguem.

68 No crime de injúria praticado via Internet por meio de mensagens privadas a cujo conteúdo somente o autor e o destinatário tenham acesso, a consumação ocorre no local em que a vítima tomou conhecimento do conteúdo ofensivo.
JUSTIFICATIVA - Certo. "O crime de injúria praticado pela internet por mensagens privadas, as quais somente o autor e o destinatário têm acesso ao seu conteúdo, consuma-se no local em que a vítima tomou conhecimento do conteúdo ofensivo." (CC 184.269-PB, rel. min. Laurita Vaz, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 9/2/2022).

69 Suponha-se que, na ocasião de ato ilícito consistente na subtração de bem alheio, a vítima, portadora de doença cardíaca, tenha falecido devido ao estresse desencadeado pela violência empregada pelo agente do crime. Nessa situação, ainda que a doença cardíaca da vítima configure concausa preexistente relativamente independente, não se afasta o nexo de causalidade em relação ao resultado mais grave (morte), e o agente do crime deverá responder por latrocínio.
JUSTIFICATIVA - Certo. "A existência de doença cardíaca de que padecia a vítima configura-se como concausa preexistente relativamente independente, não sendo possível afastar o resultado mais grave (morte) e, por consequência, a imputação de latrocínio." (HC 704.718-SP, rel. ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 16/5/2023, DJe de 23/5/2023).

70 A condenação pelo crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou da legislatura prescinde da especificação das despesas que foram contraídas e que não puderam ser pagas no mesmo exercício financeiro ou no seguinte, bastando análise global das despesas, considerada a iliquidez total do caixa.
JUSTIFICATIVA - Errado. "A condenação pelo art. 359-C do Código Penal deve especificar despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, que não puderam ser pagas no mesmo exercício financeiro ou no exercício seguinte. Essa análise não pode ser global, considerando a iliquidez total do caixa, sob pena de prejudicar a ampla defesa." (HC 723.644-SP, rel. ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 7/3/2023, DJe de 9/3/2023).

Em relação à prescrição, julgue os próximos itens.

71 Se o réu completar setenta anos de idade depois da sentença penal condenatória e antes da decisão que julgar embargos de declaração opostos em desfavor dela, não se aplicará a redução do prazo prescricional pela metade.
JUSTIFICATIVA - Errado. "É cabível a redução do prazo prescricional pela metade (art. 115 do CP) se, entre a sentença condenatória e o julgamento dos embargos de declaração, o réu atinge a idade superior a 70 anos, tendo em vista que a decisão que julga os embargos integra a própria sentença condenatória." (EDcl no AgRg no REsp 1.877.388-CE, rel. ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 2/5/2023, DJe de 5/5/2023).

72 Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória, para ambas as partes, é o trânsito em julgado.
JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se da orientação do Supremo Tribunal Federal (ARE 1.301.223 AgR-ED, relator min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 29/4/2022).

A respeito das provas, da ação penal e da sentença penal, julgue os itens a seguir.

73 Caso haja aditamento da denúncia, o juiz, na sentença, fica adstrito aos termos do aditamento.
JUSTIFICATIVA - Certo. Código de Processo Penal, art. 384, § 4.º: "Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.".

74 O exame de corpo de delito não pode ser dispensado para a comprovação da materialidade do crime de lesão corporal, por se tratar de crime não transeunte.
JUSTIFICATIVA - Errado. Código de Processo Penal, art. 167: "Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta". "O exame de corpo de delito poderá, em determinadas situações, ser dispensado para a configuração de lesão corporal ocorrida em âmbito doméstico, na hipótese de subsistirem outras provas idôneas da materialidade do crime." (AgRg no AREsp 2.078.054-DF, rel. ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 23/5/2023, DJe de 30/5/2023).

75 Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, se os pedidos deduzidos na ação de improbidade administrativa forem julgados improcedentes em virtude da ausência tanto de dolo quanto de obtenção de vantagem indevida, eventual denúncia relativa aos mesmos fatos, na esfera criminal, deverá ser rejeitada.
JUSTIFICATIVA - Certo. "A absolvição na ação de improbidade administrativa em virtude da ausência de dolo e da ausência de obtenção de vantagem indevida esvazia a justa causa para manutenção da ação penal." (RHC 173.448-DF, rel. ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 7/3/2023).

A respeito do regime de previdência complementar e da contagem recíproca de tempo de contribuição, julgue os itens a seguir.

76 Ao trabalhador que exerça concomitantemente atividade remunerada vinculada ao regime geral de previdência social (RGPS) e outra vinculada a regime próprio de previdência social (RPPS) é admitida a contagem recíproca de tempo de contribuição.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Decreto n.º 3.048/1999 aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. O art. 125 e os artigos seguintes regulam a contagem recíproca de tempo de contribuição. O art. 127, inciso II, define que é vedada a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes. Portanto, o exercício de atividades realizadas concomitantemente não admite a contagem recíproca de tempo de contribuição.

77 É vedada à União a criação de entidades fechadas de previdência complementar com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios destinados exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei n.º 12.618/2012 institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo dos três poderes da União. O referido instrumento normativo instituiu as entidades fechadas de previdência complementar de cada um dos poderes, quais sejam: a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo; a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União e para os membros deste Tribunal; e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e para os membros do Poder Judiciário. Portanto, não é vedada a criação de entidades fechadas de previdência complementar com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios destinados exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário.

Acerca do regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens subsequentes.

78 Considere-se que Maria e Cláudia convivam em regime de união estável, sejam empregadas de diferentes empresas e tenham adotado uma criança de dois anos de idade. Nessa situação hipotética, em decorrência da adoção, será concedido a ambas as mães adotivas salário-maternidade por um período de cento e vinte dias.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei n.º 8.213/1991 dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. O art. 71 do referido instrumento normativo define que o salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante cento e vinte dias, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto. Já o seu art. 71-A define que o salário-maternidade é devido ao segurado ou à segurada da previdência social que adotar ou obtiver guarda judicial, para fins de adoção de criança de até doze anos de idade, pelo período de cento e vinte dias. Entretanto, o § 2º do mesmo dispositivo legal define que ressalvadas as hipóteses de pagamento de salário-maternidade à mãe biológica e de pagamento ao cônjuge ou companheiro sobrevivente, nos termos do disposto no art. 93-B, não poderá ser concedido salário-maternidade a mais de um segurado ou segurada em decorrência do mesmo processo de adoção ou guarda, ainda que o cônjuge ou companheiro esteja vinculado a regime próprio de previdência social. Portanto, o salário-maternidade será devido apenas a uma das mães adotivas.

79 O cônjuge de segurado do RGPS tem direito ao recebimento da pensão por morte de modo vitalício, independentemente do tempo de matrimônio e do tempo de contribuição do segurado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei n.º 8.213/1991 dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. O art. 77, § 2º, inciso V, do referido instrumento normativo define que o tempo de concessão da pensão por morte devido ao companheiro ou cônjuge depende do tempo de contribuição do segurado, bem como do tempo de casamento ou união estável e também da idade do companheiro ou cônjuge. Portanto, o benefício da pensão por morte não será sempre concedido de forma vitalícia.

Com relação às contribuições sociais e ao salário-de-contribuição, julgue os itens que se seguem.

80 Quando decorrente de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, a indenização compensatória de 40% sobre o montante depositado na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador não é considerada salário-de-contribuição, razão pela qual não há incidência de contribuição previdenciária sobre essa parcela.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Decreto n.º 3.048/1999 aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. O art. 214, § 9.º, inciso V, alínea "a", do referido instrumento normativo define que não integram o salário-de-contribuição as importâncias recebidas a título de indenização compensatória de 40% do montante depositado no FGTS, como proteção à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, conforme disposto no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 28, § 9.º, alínea "e", item 2). Portanto, considerando-se que tal verba não integra o salário-de-contribuição, não haverá incidência de contribuição previdenciária sobre ela.

81 A alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo empregado doméstico para o RGPS é diferente da alíquota devida pela empresa e pelo empregador doméstico.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Decreto n.º 3.048/1999 aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. O art. 198 do referido instrumento normativo define que a contribuição do segurado empregado, inclusive o doméstico, é calculada por meio da aplicação da alíquota correspondente, de forma progressiva, sobre o seu salário de contribuição mensal, de acordo com a tabela indicada. Já o seu art. 201, inciso I, define que a contribuição a cargo da empresa, destinada à seguridade social, é de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregado, além da contribuição devida para o custeio da aposentadoria especial (art. 202). Por seu turno, o art. 211 define que a contribuição previdenciária do empregador doméstico incide sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço e será de oito por cento de contribuição patronal (inciso I); e oito décimos por cento de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho (inciso II). Portanto, conclui-se que a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e empregado doméstico para o RGPS é diferente da alíquota devida pela empresa e pelo empregador doméstico.

Com referência ao RPPS dos servidores públicos do Distrito Federal (DF) e ao RPPS dos servidores públicos da União, julgue os itens subsecutivos.

82 Considere-se que Gustavo seja servidor público titular de cargo efetivo da União lotado em Brasília e tenha sido cedido ao Governo do DF a pedido do secretário de segurança pública, com ônus para o cessionário. Nesse caso, Gustavo permanecerá vinculado ao RPPS dos servidores públicos da União.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Lei n.º 9.717/1998 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios

de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. O seu art. 1.º-A define que o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. Portanto, no caso apresentado, embora tenha sido cedido para o governo do Distrito Federal, com ônus para o cessionário, Gustavo permanecerá vinculado ao regime previdenciário de origem, qual seja, dos servidores públicos da União.

83 Caso Pedro seja nomeado secretário de estado do DF e João seja aprovado em concurso público para preencher cargo de emprego público no mesmo ente federativo, então Pedro e João serão ambos considerados segurados obrigatórios do RPPS dos servidores públicos do DF.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei Complementar Distrital n.º 769/2008 reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências. O seu art. 1º define que o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, é destinado exclusivamente aos servidores titulares de cargos efetivos ativos e inativos e os pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes. Já o § 1º do mesmo dispositivo legal define que não integram o RPPS/DF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração — como é o caso de Pedro —, bem como de outros cargos temporários ou de empregos públicos — como é o caso de João. Portanto, nenhum dos dois será considerado segurado obrigatório do RPPS do Distrito Federal.

Com referência ao regime de previdência complementar dos servidores do DF, julgue os próximos itens, com base na Lei Complementar Distrital n.º 932/2017.

84 Considere-se que Flávia, servidora pública do DF, titular de cargo efetivo da administração direta e vinculada ao regime de previdência complementar dos servidores do DF, tenha se licenciado do cargo a seu pedido e sem remuneração. Nesse caso, durante o período do seu licenciamento, Flávia poderá manter o vínculo com o referido regime de previdência complementar, desde que opte pelo autopatrocínio.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Lei Complementar Distrital n.º 932/2017 institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal e dá outras providências. O seu art. 1º instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Distrito Federal titulares de cargos efetivos da administração direta, autárquica e fundacional, que é administrado pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (DF-PREVICOM). Cumpre salientar que, nos termos do art. 5.º, inciso XVI, do referido instrumento normativo, autopatrocínio é a possibilidade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis inicialmente contratados. Ressalta-se, ainda, que o art. 8.º do mesmo diploma legal define que o participante que estiver afastado ou licenciado do cargo sem remuneração ou subsídio pode manter a adesão à previdência complementar do Distrito Federal, desde que opte pelo autopatrocínio. Portanto, durante o período do seu licenciamento, Flávia pode manter o vínculo com o DF-PREVICOM, caso opte pelo autopatrocínio.

85 O servidor público do DF que seja beneficiário do regime de previdência complementar dos servidores do DF tem direito de promover a portabilidade do seu direito acumulado para outro plano, bem como de promover o resgate das contribuições vertidas para aquele plano de previdência complementar, descontadas as parcelas do custeio administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Lei Complementar Distrital n.º 932/2017 institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal e dá outras providências. O seu art. 1º instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Distrito Federal titulares de cargos efetivos da administração direta, autárquica e fundacional, que é administrado pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (DF-PREVICOM). Cumpre salientar que o art. 9º, incisos II e III do referido instrumento normativo admite tanto a portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano, como também o resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo. Portanto, o servidor público do Distrito Federal beneficiário do regime de previdência complementar dos servidores do DF tem direito de promover a portabilidade do seu direito acumulado para outro plano, bem como o direito de promover o resgate das contribuições vertidas para esse plano de previdência complementar, descontadas as parcelas do custeio administrativo.

Acerca do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens a seguir, considerando, quando cabível, a jurisprudência dos tribunais superiores.

86 A teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, adotada pela legislação civil, exige prova do desvio de finalidade da sociedade ou confusão patrimonial entre o patrimônio dos sócios e o da sociedade empresária.

JUSTIFICATIVA - Certo. A teoria maior subdivide-se em subjetiva e objetiva. Pela primeira formulação, a desconsideração requer o elemento fraude; pela segunda, basta que se demonstre a confusão patrimonial. A legislação civil adotou a teoria maior, nas suas duas vertentes, conforme dispõe o artigo 50 do Código Civil: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.".

87 A ausência de bens passíveis de penhora configura desvio de finalidade, possibilitando a desconsideração da personalidade jurídica com vistas à penhora de bens do sócio para a satisfação de obrigações contraídas em nome da pessoa jurídica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), "3. No caso dos autos, os fundamentos trazidos pela Corte de origem para confirmar a aplicação da *disregard doctrine* estão alicerçados, basicamente, **na inexistência de bens passíveis de penhora**, que, por si mesma, caracteriza o desvio de finalidade previsto no art. 50 do CC/2002 com vistas a se autorizar a desconsideração da personalidade jurídica. 4. Contudo, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, '**a mera demonstração de inexistência de patrimônio da pessoa jurídica** ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, **não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica**'" (AgRg no AREsp n.º 347.476/DF, relator ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 5/5/2016, DJe 17/5/2016).

88 A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica é adotada pelo Código de Defesa do Consumidor quando este dispõe que, sempre que a personalidade jurídica da empresa for óbice ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores, sua desconsideração será possível.

JUSTIFICATIVA - Certo. Extrai-se do artigo 28, § 5.º, do Código

de Defesa do Consumidor que a sistemática consumerista adotou a teoria menor, admitindo a desconsideração da personalidade sempre que ela for óbice ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores, de forma diversa da posição adotada pelo Código Civil no seu art. 50, no qual prevalece a teoria maior da desconsideração, em que se faz necessária a comprovação do abuso da autonomia jurídica, consubstanciada pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

A respeito das características e dos tipos de sociedades anônimas, julgue os itens que se seguem, com base na Lei n.º 6.404/1976.

89 A responsabilidade dos acionistas de uma sociedade anônima limita-se ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o disposto no art. 1.º da Lei n.º 6.404/1976, a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço da emissão das ações subscritas ou adquiridas.

90 Os valores mobiliários de emissão de uma sociedade anônima de capital fechado não são admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o disposto no art. 4.º da Lei n.º 6.404/1976, "a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.".

No que concerne ao consórcio de empresas, disciplinado pela Lei n.º 6.404/1976, julgue os próximos itens.

91 No âmbito do consórcio, a falência de uma das consorciadas atinge as demais participantes, extinguindo de pleno direito o consórcio com as outras contratantes.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o disposto no artigo 278, § 2.º, da Lei n.º 6.404/1976, a falência de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio com as outras contratantes.

92 Ao se constituir, o consórcio de empresas adquire personalidade jurídica, e todas as consorciadas respondem solidariamente pelas obrigações assumidas, independentemente do grau de participação de cada uma no consórcio.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o disposto no artigo 278, § 1.º, da Lei n.º 6.404/1976, "O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.".

À luz da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à dissolução, liquidação e extinção de companhias.

93 A companhia dissolvida de pleno direito por decisão judicial ou por decisão de autoridade administrativa competente conserva sua personalidade jurídica até sua extinção.
JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme artigo 206 da Lei n.º 6.404/1976, existem três maneiras de dissolução de uma companhia: pleno direito, por decisão judicial ou por decisão de autoridade administrativa competente. Ocorrendo a dissolução, a companhia conserva sua personalidade jurídica, até a extinção, com o fim de proceder à liquidação, conforme disposição do artigo 207 do mesmo diploma legal.

94 Extingue-se a companhia pela transformação, pela incorporação, pela fusão ou pela cisão, com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme artigo 219, inciso II, da Lei n.º 6.404/1976, extingue-se a companhia "pela incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades." A transformação não dá causa à extinção da companhia.

95 No caso de liquidação judicial, silente o estatuto da companhia, caberá à assembleia-geral nomear o liquidante que deverá atuar durante todo o período de liquidação.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme disposto no artigo 209, § único, da Lei n.º 6.404/1976, "Na liquidação judicial, será observado o disposto na lei processual, devendo o liquidante ser nomeado pelo juiz.".

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e o Regimento Interno do TCDF, julgue os itens a seguir, considerando, quando cabível, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

96 O servidor do TCDF que exerce função específica de controle externo tem a obrigação de propor a aplicação de multa, quando cabível.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva traduz o disposto no art. 78, III, da Lei Orgânica do TCDF, e no art. 239, § 1.º, III, do Regimento Interno do TCDF.

"Art. 78. São obrigações do servidor que exerce funções específicas de controle externo no Tribunal de Contas: (...) IIIpropor a aplicação de multas, nos casos previstos no Regimento Interno."

"Art. 239. (...) §1.º São obrigações do servidor que exerce funções específicas de controle externo no Tribunal: (...) III propor a aplicação de multas, nos casos previstos neste Regimento."

97 Os membros do Ministério Público junto ao TCDF possuem independência funcional e, em razão disso, detêm legitimidade para impetrar mandado de segurança contra acórdão da corte de contas perante a qual oficia.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de seus membros possuírem independência funcional (art. 76 da Lei Orgânica do TCDF), o Ministério Público junto ao TCDF não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual oficia (Tema n.º 1.044 do STF).

Acerca das competências do TCDF, julgue os itens seguintes, considerando, no que couber, a jurisprudência do STF.

98 O TCDF pode aplicar a sanção de inabilitação para ocupar cargo em comissão na administração pública do DF; no entanto, essa decisão não impede que a pessoa responsabilizada venha a ocupar cargo efetivo no DF.

JUSTIFICATIVA - Certo. Nos termos do art. 60 da Lei Orgânica do TCDF e do art. 273, *caput*, do Regimento Interno do TCDF, a sanção de inabilitação para ocupar cargo público aplicada pelo TCDF somente alcança os cargos em comissão e função de confiança na administração pública do DF. Desse modo, a pessoa responsabilizada pode, em tese, ocupar cargo efetivo mediante aprovação prévia em concurso público.

99 O TCDF pode determinar aos seus jurisdicionados que procedam à sustação ou à anulação de ato ou contrato administrativo, independentemente da análise prévia da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Essa competência está prevista no art. 45, §§ 1.º e 2.º, da Lei Orgânica do TCDF, reproduzido no art. 249, §§ 1.º e 2.º, do Regimento Interno do TCDF.

"Art. 45. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no Regimento Interno, assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados. § 1.º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido: I sustará a execução do ato impugnado; II comunicará a decisão à Câmara Legislativa; III aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II do art. 57 desta Lei Complementar. § 2.º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, comunicará o fato à Câmara Legislativa, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.".

Ademais, a constitucionalidade dessa competência dos tribunais de contas foi reconhecida pelo STF, conforme acórdão proferido no MS 26.000, que reproduz os julgados anteriores da Excelsa Corte.

"(...) 1. De acordo com a jurisprudência do STF, 'o Tribunal de Contas da União, embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos, tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou' (MS 23.550, redator do acórdão o Ministro Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ de 31/10/01). Assim, perfeitamente legal a atuação da Corte de Contas ao assinar prazo ao Ministério dos Transportes para garantir o exato cumprimento da lei. 2. Contrato de concessão anulado em decorrência de vícios insanáveis praticados no procedimento licitatório. Atos que não podem ser convalidados pela Administração Federal. Não pode subsistir subrogação se o contrato do qual derivou é inexistente. 3. Não ocorrência de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa. A teor do art. 250, V, do RITCU, participaram do processo tanto a entidade solicitante do exame de legalidade, neste caso a ANTT, órgão competente para tanto, como a empresa interessada, a impetrante (Ecovale S.A.). 4. Segurança denegada." (MS 26000, relator Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 16/10/2012, Acórdão Eletrônico, DJe 224, publicado em 14/11/2012).

100 A decisão do TCDF que imputa débito ou comina multa tem eficácia de título executivo, e a satisfação coercitiva desse crédito somente poderá ocorrer perante o Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA - Errado. O TCDF dispõe também de instrumento administrativo próprio para executar coercitivamente a obrigação pecuniária imposta por suas decisões. O TCDF pode determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, subsídio, salário ou proventos do responsável, na forma do art. 29, I, da sua Lei Orgânica, reproduzido também no art. 217, I, do seu Regimento Interno.

"Art. 29. Expirado o prazo a que se refere o art. 26 desta Lei Complementar, sem manifestação do responsável, o Tribunal poderá: I determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente; ou II autorizar a cobrança judicial da dívida, por intermédio do órgão próprio."

101 A Lei Orgânica do TCDF, bem como seu Regimento Interno, confere poder normativo ao TCDF sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, entretanto, segundo o STF, essa atribuição normativa dos tribunais de contas inova a ordem jurídica e viola o princípio da legalidade.

JUSTIFICATIVA - Errado. O art. 3.º da Lei Orgânica do TCDF estabelece que "Ao Tribunal de Contas, no âmbito de sua competência e jurisdição, assiste o poder de normatizar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.". No entanto, diferentemente do que assevera o item, essa função normativa do TCDF decorre dos poderes implícitos das cortes de contas de regulamentar a forma de organização e procedimentos das suas funções. Foi o entendimento firmado pelo STF no julgamento da ADI n.º 4872, *in verbis*: "(...) 5. Regulamentação de práticas de fiscalização e prestação de contas de recursos públicos repassados a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio do Sistema Integrado de Transferências (SIT). **Ausência de usurpação de competência dos Poderes Legislativo e Executivo**. 6. Exercício do poder de controle externo dos Tribunais de Contas. Relação instrumental com deveres de transparência, probidade e eficiência previstos na própria Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação estadual que regula o funcionamento do controle externo. **Competência regulamentar para explicitar deveres legais em matéria de procedimentos e documentação.** Constitucionalidade. Pedidos julgados improcedentes." (ADI 4872, relator Marco Aurélio, relator(a) p/ Acórdão: Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 15/2/2023, processo eletrônico, DJe-s/n, publicado em 28/4/2023).

A respeito dos processos, procedimentos e recursos no âmbito do TCDF, julgue os itens subsequentes.

102 O rol de legitimados para a formulação de consultas ao TCDF é taxativo, não sendo admitida sustentação oral no julgamento de consultas, cuja apreciação é de competência privativa do Plenário desse tribunal, que decidirá sobre o processo de consulta desde que estejam presentes, no mínimo, cinco conselheiros, incluídos o presidente e os auditores convocados.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item apresenta a análise sistemática das regras processuais da consulta constantes do Regimento Interno do TCDF, de acordo com os seguintes dispositivos: "Art. 13. Compete privativamente ao Plenário: I deliberar originariamente sobre: (...) m) consulta sobre matéria de competência do Tribunal;"; "Art. 136. No julgamento ou apreciação de processos de controle externo, ressalvadas as hipóteses do § 7.º deste artigo, as partes poderão expressar a intenção de, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, fazer sustentação oral. (...) § 7.º Não se admitirá sustentação oral na apreciação ou julgamento de consulta e de embargos de declaração."; "Art. 264. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal decidirá sobre consultas que lhe forem formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações. (...) § 3.º A decisão sobre processo de consulta somente será tomada se presentes na sessão pelo menos cinco Conselheiros, incluindo o Presidente e Auditores convocados.".

103 O recurso de reconsideração e o pedido de reexame têm características formais idênticas quanto aos legitimados, aos efeitos e ao prazo, podendo o primeiro ser interposto em processo de fiscalização de atos e contratos, enquanto o segundo é cabível em prestação e tomada de contas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A primeira parte do item, que se refere à identidade de características formais, está correta, porém há uma inversão quanto ao cabimento de cada um dos recursos. O recurso de reconsideração é típico dos processos de prestação e tomada de contas, e o pedido de reexame está relacionado aos processos de fiscalização de ato e contratos. É o que se verifica nos arts. 285 e 286 do Regimento Interno do TCDF.

104 A tomada de contas decorrente de fiscalização do TCDF tramitará em separado das respectivas contas anuais e, caso estas sejam julgadas regulares por decisão definitiva que não examine a matéria de forma expressa e conclusiva, será possível a aplicação de multa, em outros processos, aos responsáveis pelas irregularidades.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o art. 250, § 2.º, do Regimento Interno do TCDF, a tomada de contas decorrente de fiscalização do TCDF tramitará em separado das respectivas contas anuais. Já o art. 202 do mesmo diploma normativo prevê que decisão definitiva em processo de tomada ou prestação de contas não constituirá fato impeditivo da aplicação de multa ou imputação de débito em outros processos, salvo se a matéria tiver sido examinada de forma expressa e conclusiva.

105 Quando cabível, a conversão dos processos de fiscalização do TCDF em tomada de contas especial poderá ser efetivada sem a elaboração da matriz de responsabilização, desde que se trate de débito relevante e questão urgente.

JUSTIFICATIVA - Errado. O art. 191, parágrafo único, do Regimento Interno do TCDF prevê que a elaboração da matriz de responsabilização é condição necessária para que haja a conversão do processo de fiscalização do TCDF em tomada de contas especial, sem estabelecer qualquer exceção para esta obrigatoriedade.

"Art. 191. Ao exercer as fiscalizações de que trata este Regimento Interno, se verificada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao patrimônio público, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão da matéria em tomada de contas especial e a citação dos envolvidos para apresentarem defesa ou recolherem a quantia devida.

Parágrafo único. É condição necessária para a conversão, a elaboração de matriz de responsabilização na forma prevista no Manual de Auditoria e demais fiscalizações deste Tribunal. (acrescido(a) pela Emenda Regimental n.º 4, de 15/12/2021)."

No que diz respeito aos atos administrativos, aos agentes públicos e aos princípios da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

106 Em razão do atributo da presunção de legitimidade, os atos administrativos são considerados válidos e eficazes até que pessoa interessada inicie ação judicial contra eles.

JUSTIFICATIVA - Errado. A presunção de legitimidade dos atos administrativos faz que esses atos sejam considerados válidos (compatíveis com o Direito) e eficazes (capazes de produzir seus efeitos) até que decisão administrativa ou judicial os declare inválidos ou, ao menos, lhes suspenda os efeitos. Não basta que alguém inicie ação judicial para que isso afete a presunção de legitimidade e os atributos do ato administrativo.

107 O princípio da impessoalidade é uma manifestação do princípio da isonomia.

JUSTIFICATIVA - Certo. Considerando que o princípio da impessoalidade consiste no dever de tratar de forma equivalente as pessoas em situação equivalente e de forma desigual as pessoas em situação desigual, é correto afirmar que esse princípio é uma manifestação do princípio da isonomia.

108 Em razão do princípio da ampla defesa, servidores públicos não podem responder a processo administrativo disciplinar, em nenhuma fase, sem assistência de advogado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Diferentemente do que afirma o item, a compreensão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema é oposta, consolidada na Súmula Vinculante n.º 5, segundo a qual a assistência de advogado(a) é dispensável no processo administrativo disciplinar: "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição."

No que se refere ao terceiro setor e ao controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

109 A administração não deve exigir depósito prévio como requisito para a admissibilidade de recurso administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A partir da aprovação da Súmula Vinculante n.º 21, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que é "inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo."

110 A escolha de organização da sociedade civil para firmar parceria com o poder público no Distrito Federal será feita por procedimento com chamamento público regido por edital, o qual deve aceitar interessados nas parcerias de forma contínua e por prazo indeterminado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A previsão do procedimento regido por edital de chamamento público encontra-se no art. 2.º, inciso XIII, do Decreto Distrital n.º 37.843/2016, mas não há exigência de que o chamamento por edital se faça de forma contínua e por prazo indeterminado. Ao contrário, o art. 11, § 2.º, do referido decreto, prevê que o edital poderá contemplar "prazo de validade para o resultado do chamamento público, mediante justificativa técnica".

No que concerne às licitações e aos contratos administrativos e à responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, julgue os itens que se seguem.

111 Nos termos do Decreto Distrital n.º 39.103/2018, os órgãos e as entidades não centralizados da administração pública distrital devem manter seus próprios procedimentos de intenção de registro de preços (IRP), sendo-lhes vedado valer-se de IRP mantido por órgão da administração direta.
JUSTIFICATIVA - Errado. O art. 4.º do Decreto Distrital n.º 39.103/2018 institui o procedimento de intenção de registro de preços (IRP), mas não impede que as entidades da administração pública indireta do Distrito Federal utilizem IRPs gerenciados pelos órgãos da administração direta.

112 No caso de uma sociedade empresária vir a ser condenada por ato contra a administração pública, nacional ou estrangeira, na forma da Lei n.º 12.846/2013, uma das consequências possíveis é a publicação resumida da decisão condenatória, a expensas da empresa.
JUSTIFICATIVA - Certo. A publicação de extrato da decisão condenatória de sociedade empresária que haja praticado ato contra a administração pública, nacional ou estrangeira, de acordo com a Lei n.º 12.846/2013, é uma das consequências possíveis da condenação da pessoa jurídica, nos termos do art. 6.º, inciso II e § 5.º, da lei.
"Art. 6.º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:
(...)
II publicação extraordinária da decisão condenatória."

113 Mesmo diante da constatação de nulidade em um contrato administrativo, a administração pública pode manter a execução dele e deixar de anulá-lo, se, entre outras razões, a anulação gerar riscos sociais, ambientais e à segurança da população local.
JUSTIFICATIVA - Certo. No regime da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, a administração pública deve levar em conta as consequências da anulação de contrato administrativo:
"Art. 147 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:
(...)
II riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
(...)."

No que se refere à execução da auditoria governamental, julgue os próximos itens.

114 É na fase de execução, durante os trabalhos de campo, que a equipe responsável pelo trabalho aplica os procedimentos e as técnicas definidas no planejamento de auditoria.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o **Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral**, a execução da auditoria é definida da seguinte forma:

"A execução é a fase do processo de auditoria na qual as evidências são coletadas e examinadas, de modo a fundamentar os comentários e opiniões. (...)
Consiste no desenvolvimento dos trabalhos de campo, por meio da execução dos procedimentos elencados no planejamento, tendo por base os objetivos e critérios estabelecidos." (p. 58)

115 Ao executar a conciliação, o auditor tem o objetivo de comparar uma amostra do universo com diferentes fontes de informação, a fim de se certificar da igualdade entre ambas.
JUSTIFICATIVA - Certo. Atende ao disposto no Apêndice XXVIII (Exemplos de Técnicas de Auditoria), item 10, do **Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral**, que define conciliação como "conjunto de procedimentos técnicos utilizados para comparar uma amostra do universo com diferentes fontes de informação, a fim de se certificar da igualdade entre ambas e, quando for o caso, identificar as causas das divergências constatadas. As fontes-base de confirmação podem ter origem interna ou externa;". (págs. 180/181)

Acerca da governança no setor público, julgue os próximos itens.

116 Nos termos do COSO, o controle interno é considerado um fim em si mesmo, já que sua estrutura, aplicável a toda entidade, é capaz de assegurar a governança e fornecer segurança à alta administração da entidade.
JUSTIFICATIVA - ERRADO, pois não atende à definição controle interno nos termos do COSO II ERM: "O controle interno é:
(...)
• Um processo que consiste em tarefas e atividades contínuas – um meio para um fim, não um fim em si mesmo.
• Realizado por pessoas – não se trata simplesmente de um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários, mas diz respeito a pessoas e às ações que elas tomam em cada nível da organização para realizar o controle interno.
• Capaz de proporcionar segurança razoável - mas não absoluta, para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade." Disponível em: https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/COSOIICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf

117 A estrutura de governança e a alta administração devem estabelecer uma estreita relação de dependência e subordinação, com vistas ao alinhamento da tomada de decisões em prol da maior eficiência da organização.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o princípio 2 que apoia os componentes do controle interno previstos no COSO, "A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno." (COSO: Controle Interno – Estrutura integrada. Sumário Executivo, maio de 2023, p. 9)

A respeito dos instrumentos utilizados para a fiscalização dos entes alcançados pela administração pública, julgue os itens que se seguem.

118 Na realização de uma auditoria por servidor competente do TCDF, o ente fiscalizado pode negar-lhe acesso a documentos solicitados, necessários à execução do escopo dos trabalhos.
JUSTIFICATIVA - Errado. Assim dispõe o art. 79, II, da LO do TCDF:
Art. 79. Ao servidor a que se refere o artigo anterior, quando credenciado pelo Presidente do Tribunal ou, por delegação deste, pelos dirigentes das unidades técnicas dos Serviços Auxiliares do Tribunal, para desempenhar funções de auditorias, inspeções e diligências expressamente determinadas pelo Tribunal ou por sua Presidência, são asseguradas as seguintes prerrogativas:
(...)
II acesso a todos os documentos e informações necessários à realização de seu trabalho;

119 O levantamento é o instrumento utilizado para examinar atos sujeitos a registro.
JUSTIFICATIVA - Errado. A auditoria, e não o levantamento, é o instrumento de fiscalização utilizado para subsidiar a apreciação de atos sujeitos a registro, consoante o art. 232, III, do RI do TCDF, que assim dispõe:

"Art. 232. Auditoria é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:
(...)

III subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro."

120 A inspeção, enquanto instrumento de fiscalização, é um processo autônomo que independe de instrução processual e tem rito especial de execução.
JUSTIFICATIVA - Errado. O **Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral** estabelece o seguinte:
"A inspeção é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações; obter dados ou informações preliminares sobre a procedência de fatos relacionados a denúncias ou representações; suprir omissões e lacunas; esclarecer dúvidas acerca de dados ou informações constantes de documentos ou banco de dados ou confirmar a observância de requisitos legais. (...)
1.1 Contextualização
Apresentar informações com o objetivo de introduzir a situação que será objeto de fiscalização pelo Tribunal para facilitar o entendimento da instrução processual." (p. 89)
Como se vê, a inspeção pressupõe um processo anterior ou em curso, não possuindo autonomia. De outro lado, a inspeção se apresenta como instrumento facilitador da instrução processual. Desse modo, o presente item está duplamente errado.

Com base no disposto pelo IIA (Institute of Internal Auditors) e pelas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras (ISSAI), julgue os itens a seguir.

121 Os elementos da auditoria operacional no setor público — auditor, parte responsável, usuários, objeto e critérios — devem, em cada auditoria, ser identificados expressamente pelos auditores.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com os **Princípios Gerais de Auditoria Operacional** estabelecidos pela ISSAI 300, "Os elementos de auditoria do setor público (auditor, parte responsável, usuários previstos, objeto e critérios), como definidos na ISSAI 100, podem assumir distintas características na auditoria operacional. Os auditores devem identificar explicitamente os elementos de cada auditoria e entender suas implicações, para que possam conduzir a auditoria adequadamente." (p. 4)

122 A natureza da evidência de auditoria necessária à obtenção de conclusões na auditoria operacional é determinada pelo objeto, pelo objetivo e pelas questões de auditoria.
JUSTIFICATIVA - Certo. Acerca da presente questão, assim preceituam os **Princípios Gerais de Auditoria Operacional** estabelecidos pela ISSAI 300:
"Todos os achados e conclusões de auditoria devem estar respaldados por evidência suficiente e apropriada. Esta deve ser colocada no contexto e todos os argumentos relevantes, prós e contras e diferentes perspectivas, devem ser levados em conta antes de se chegar às conclusões. A natureza da evidência de auditoria necessária para chegar a conclusões na auditoria operacional é determinada pelo objeto, pelo objetivo e pelas questões de auditoria." (p. 14)

123 A auditoria interna auxilia a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e à melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.
JUSTIFICATIVA - Certo. Atende à definição de auditoria interna de autoria do IIA Brasil: "A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança."

124 As auditorias financeiras são sempre trabalhos de certificação, e cabe ao auditor selecionar os critérios, considerando o risco e a materialidade.
JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo a ISSAI 100, "As auditorias financeiras são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações financeiras apresentadas pela parte responsável. Nos trabalhos de relatório direto, é o auditor quem mensura ou avalia o objeto de acordo com os critérios. O auditor seleciona o objeto e os critérios, levando em consideração risco e materialidade".

125 A fraude não pode ser considerada material, ainda que integre o nível de valor considerado na determinação geral da materialidade.
JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme definido pela ISSAI 400, "Os auditores devem considerar o risco de fraude. Se o auditor se deparar com casos de não conformidade que possam ser indicativos de fraude, ele deve exercer o devido zelo profissional e cautela de modo a não interferir com eventuais procedimentos legais ou investigações futuras. [...] A materialidade deve ser considerada para fins de planejamento, avaliação da evidência obtida e relatório. [...] Os fatores a serem considerados dentro dessa avaliação de julgamento são os requisitos obrigatórios, o interesse ou as expectativas do público, as áreas específicas de foco do poder legislativo, as demandas e os financiamentos significativos. Questões em um nível de valor ou incidência mais baixo (sic) que a determinação geral de materialidade, **tais como fraude, podem também ser consideradas materiais**. A avaliação da materialidade requer um amplo julgamento profissional por parte do auditor e é relacionada com o escopo de auditoria."

No que se refere a evidências e à comunicação dos resultados no âmbito da auditoria, julgue os itens a seguir.

126 O fortalecimento da imagem institucional dos tribunais de contas perante a imprensa e a sociedade é um dos objetivos da comunicação dos resultados das fiscalizações realizadas pelo controle externo.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com **NORMAS BRASILEIRAS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO (NBASP) – Nível 1**: "Os Tribunais de Contas devem implementar ações de comunicação com o objetivo de cumprir os princípios da publicidade e transparência, demonstrar a utilidade e a efetividade do controle externo e fortalecer a imagem institucional." (p. 33)

127 A condição e o critério são elementos dos achados de auditoria, em que a condição corresponde à situação ideal e esperada do ente auditado (o que deve ser), enquanto o critério se refere ao cenário real encontrado pelo auditor (o que é).
JUSTIFICATIVA - Errado. O item está errado, pois inverte os conceitos de condição e critério, enquanto elementos dos achados de auditoria. O **Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral** prescreve que:
"São elementos dos achados de auditoria:
a) critério: situação ideal ou esperada, conforme normas legais e regulamentares aplicáveis e boas práticas ou planos da administração, constituindo-se em padrões normativos ou operacionais usados para determinar se o ente auditado atende aos objetivos fixados. São aqueles indicados na matriz de planejamento (o que deveria ser?);
b) condição: situação encontrada pelo auditor e documentada, constituindo-se no fato ocorrido ou na própria existência do achado. Os achados ocorrem quando a condição verificada se encontra em conformidade ou em não conformidade com o critério preestabelecido (o que é?);" (p. 61)

128 Nas auditorias operacionais, a acurácia — a ser obtida a partir da análise das questões por diferentes perspectivas — deve imperar na conclusão do trabalho do auditor, uma vez que o julgamento profissional será pautado em evidências de

natureza frequentemente mais persuasiva que conclusiva.
JUSTIFICATIVA - Certo. Sobre a presente questão, assim preceituam os **Princípios Gerais de Auditoria Operacional** estabelecidos pela ISSAI 300: "O objetivo do relatório nas auditorias operacionais é, frequentemente, persuadir usuários razoáveis, fornecendo-lhes novas perspectivas em vez de uma declaração formal de asseguração." (p. 11)
"Conclusões podem ser baseadas em evidências quantitativas obtidas com o uso de métodos científicos ou técnicas de amostragem. Formular conclusões pode exigir um grau significativo de julgamento e interpretação para responder às questões de auditoria, devido ao fato de que evidências podem ser persuasivas ("apontam para a conclusão...") em vez de conclusivas ("certo/errado")." (p. 14)

O Poder Executivo do Distrito Federal possui, em sua estrutura administrativa, uma sociedade de economia mista bancária denominada BRB S.A., que se qualifica como empresa estatal independente. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

129 Dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA), os investimentos do BRB S.A. deverão figurar no orçamento de investimento, e as suas despesas correntes, no orçamento fiscal.
JUSTIFICATIVA - Errado. As empresas estatais independentes figuram apenas no orçamento de investimento da LOA. Seus gastos correntes operacionais prescindem de autorização orçamentária, pois são financiados integralmente por suas próprias receitas, e não com recursos do Tesouro.
Empresa estatal NÃO dependente é a empresa cuja maioria do capital social com direito a voto pertença a um ente federado e que NÃO DEPENDA de recursos deste para o financiamento de seus dispêndios, ou seja, é aquela empresa cujas despesas operacionais (custeio, pessoal etc.) são bancadas com recursos próprios (não públicos), gerados ao longo de seu processo produtivo, prestação de serviços etc.
Ora, se tais entidades não dependem de recursos públicos para o financiamento de suas despesas, então, por definição, não deveriam integrar qualquer orçamento público.

130 O dividendo pago pelo BRB S.A. ao Distrito Federal (DF) é receita pública corrente patrimonial, que deve ser computada na receita corrente líquida do ente distrital, diferentemente do que ocorre com os recursos do fundo constitucional do DF, que são excluídos desse cálculo.
JUSTIFICATIVA - Certo. O item apresenta corretamente a classificação econômica da receita proveniente de dividendos (art. 11, § 1.º, da Lei 4.320/1964) e o cálculo da receita corrente líquida (art. 2.º, IV e § 2.º, da LRF).
A respeito do conceito de receita patrimonial, ressalta-se que ela é oriunda de exploração econômica do patrimônio da instituição, especialmente juros, aluguéis, **dividendos**, receitas de concessões e permissões etc.

Lei n.º 4.320/1964
Art. 11 A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
§ 1.º São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

Lei de Responsabilidade Fiscal
Art. 2.º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:
(...)
IV receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:
(...)
§ 2.º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1.º do art. 19.

131 Os limites globais e as condições para operações de crédito interno e externo fixados pelo Senado Federal não se aplicam ao BRB S.A.
JUSTIFICATIVA - Certo. Essa é a intepretação que o Senado Federal conferiu ao art. 52, II, da CF e se estende ao art. 32 e seguintes da LRF.

132 A vedação da denominada regra de ouro não alcança o BRB S.A.
JUSTIFICATIVA - Certo. A "regra de ouro" não se aplica às empresas estatais não dependentes.

Tal procedimento é completamente estranho e completamente 'inaplicável' às empresas estatais NÃO dependentes, pelos seguintes motivos: (i) estatais NÃO dependentes não precisam de autorização legislativa para a contratação de operações de crédito, ainda que sejam para o financiamento de despesas com investimentos; (ii) estatais NÃO dependentes não precisam de autorização na lei orçamentária do seu ente federado controlador para a execução de dispêndios que não sejam despesas com investimentos (iii) as operações de crédito porventura contratadas pelas estatais NÃO dependentes para o financiamento de suas despesas 'não investimento' sequer entrariam para o cômputo da "regra de ouro", posto que ausentes, por completo, de qualquer um dos orçamentos (OF, OSS ou OI).

A questão também foi apreciada pelo Tribunal de Contas da União por ocasião do levantamento feito sobre o cumprimento da "regra de ouro" pelo Poder Executivo Federal (Processo TC n. 025.720/2017-1), cuja decisão determinou à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda – MF e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP a "análise sobre a viabilidade e possíveis implicações decorrentes da implantação de padrão único para demonstrar o cumprimento da "Regra de Ouro" na elaboração e execução do orçamento, **por meio da exclusão das empresas estatais independentes**." (grifamos)

133 O BRB S.A. não pode financiar diretamente projetos de infraestrutura do estado de Goiás.
JUSTIFICATIVA - Errado. A vedação do art. 35 da LRF não se aplica às operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação que têm por objeto o financiamento de projetos de infraestrutura (despesa de capital).

Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 35 É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1.º Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:
I financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;
II refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

A respeito dos princípios, das normas e das regras da administração financeira e orçamentária no Brasil, julgue os itens que se seguem.

134 O orçamento de desempenho busca organizar o processo alocativo associando a aplicação dos recursos públicos aos resultados gerados em benefício da sociedade.
JUSTIFICATIVA - Certo. O orçamento por desempenho "apenas estima e autoriza as despesas pelos produtos finais a obter ou tarefas a realizar, com ênfase limitada no resultado, sem vinculação a um programa ou planejamento governamental central das ações do governo. Importava, aqui, as coisas que o governo fazia, os seus resultados, e não o que o governo comprava.

135 É possível que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tenha vigência de 1 ano, 5 meses e 14 dias, se for aprovada, sancionada e publicada no último dia fixado pela Constituição Federal de 1988 para a sua devolução ao Poder Executivo.
JUSTIFICATIVA - Certo. O prazo final de devolução da LDO para sanção é o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (art. 35, § 2.º, II, do ADCT da CF). Por sua vez, o primeiro período da sessão encerra-se em 17 de julho (art. 57, *caput*, da CF). Logo, considerando-se a informação da questão de que a aprovação, a sanção e a publicação da LDO se deram nesse último dia, a LDO passará a vigorar no dia seguinte.
É sabido, por outro lado, que a LDO orienta não só a elaboração do projeto de lei orçamentária, durante o segundo semestre, como também a sua a execução até o final do exercício seguinte.
Dessa forma, ao ser publicada no dia 17 de julho e iniciar a sua vigência no dia seguinte, 18 de julho, é **possível** que a LDO vigore por 14 dias (os dias restantes do mês de julho), 5 meses (o período restante do ano em que foi editada) e 1 ano (o exercício financeiro seguinte).

ADCT
Art. 35
(...)
§ 2.º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9.º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:
(...)
II o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção **até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa**;

CF de 1988
Art. 57 O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro **a 17 de julho** e de 1.º de agosto a 22 de dezembro.

136 É absoluta a vedação constitucional de início de programa não incluído na lei orçamentária anual, não comportando exceções; por outro lado, é relativa a proibição de conceder transferência voluntária para pagamento de despesas com pessoal.
JUSTIFICATIVA - Errado. A vedação de conceder transferência voluntária para pagamento de despesas com pessoal (art. 167, X, da CF/88) é absoluta, ou seja, não comporta exceções. O item está errado ao afirmar que essa vedação é relativa.

Com base na NBC TSP — Estrutura Conceitual, julgue os próximos itens, referentes às restrições das informações incluídas nos relatórios contábeis de produção geral das entidades do setor público.

137 É questão de julgamento profissional a definição da importância relativa das características qualitativas da informação contábil em cada situação.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o item 3.42 da NBC TSP – Estrutura Conceitual, "em alguns casos, o equilíbrio ou a compensação (*trade-off*) entre as características qualitativas pode ser necessário para se alcançar os objetivos da informação contábil. A importância relativa das características qualitativas em cada situação é uma questão de julgamento profissional. A meta é alcançar o equilíbrio apropriado entre as características para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil."

138 Uma informação contábil se torna material quando é possível se determinar quantitativamente seu efeito sobre as contas públicas.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o item 3.32 da NBC TSP – Estrutura Conceitual, a materialidade da informação contábil depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade. Os relatórios contábeis de produção geral (RCPG) podem englobar informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência e das expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro. Consequentemente, não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material.

Julgue os itens a seguir, referentes aos procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável aplicados aos ativos do setor público.

139 O registro contábil da reavaliação pode ensejar aumentos ou diminuições de valores contábeis de ativos.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o disposto na página 234 da 9.ª edição do MCASP, uma vez adotado o método da reavaliação, esta "não pode ser realizada de forma seletiva. Ou seja, deve-se avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há necessidade de se proceder à reavaliação de todos os itens da mesma classe. Isso pode ensejar aumentos ou diminuições de valores contábeis de ativos, já que o modelo tem por principal referência o valor de mercado."

140 O valor recuperável é o maior montante entre o valor histórico das despesas de venda do ativo e o seu valor justo.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o disposto na página 259 da 9.ª edição do MCASP, o valor recuperável é "o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso."

Em relação às regras de integridade do plano de contas aplicado ao setor público, julgue os itens subsequentes.

141 Nos lançamentos de controles de atos potenciais, apenas podem ser debitadas e creditadas contas correspondentes às classes 7 – controles devedores e 8 – controles credores.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o disposto na página 476 da 9.ª edição do MCASP, "c. Lançamentos de natureza de controle: apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8."

142 É permitido um lançamento na conta créditos tributários a receber (classe 1 – ativo) em contrapartida à conta receita de impostos (classe 4 – variação patrimonial aumentativa).
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o disposto na página 476 da 9.ª edição do MCASP, "a. Lançamentos de natureza patrimonial: apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4."

Determinada entidade do setor público registrou, no primeiro exercício financeiro, já encerrado, as seguintes transações contábeis.

I Aprovação da Lei Orçamentária Anual no valor de R$ 200 mil reais, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% na categoria econômica de capital, tanto para as receitas orçamentárias quanto para as despesas orçamentárias.

II Lançamento de impostos no valor de R$ 100 mil, sendo arrecadado 80% desse valor.
III Empenho e liquidação de despesas de custeio no valor de R$ 100 mil, com inscrição de R$ 20 mil em restos a pagar processados.
IV Recebimento de imóvel em doação no valor de R$ 150 mil.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes, relativos às informações constantes nas demonstrações contábeis dessa entidade ao final do período apurado.

143 O resultado patrimonial do período apurado na demonstração das variações patrimoniais foi deficitário em R$ 20 mil.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o disposto na página 526 da 9.ª edição do MCASP, o resultado patrimonial é apurado pela diferença das variações patrimoniais aumentativas (impostos lançados + imóvel recebido em doação, ou seja, 100 mil + 150 mil) menos as variações patrimoniais diminutivas (R$ 100 mil das despesas de custeio liquidadas); logo, será superavitário em R$ 150 mil.

144 O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi nulo.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o disposto na página 501 na 9.ª edição do MCASP, o resultado orçamentário é apurado pela diferença entre as receitas realizadas (R$ 80 mil) e despesas empenhadas (R$ 100 mil), portanto o resultado será um déficit orçamentário de R$ 20 mil.

Em relação ao modelo IS/LM para uma pequena economia aberta, e considerando-se os efeitos adicionais sobre a oferta agregada, julgue os itens a seguir.

145 O aumento do salário nominal gera aumento do nível geral de renda, em decorrência do aumento da demanda agregada.
JUSTIFICATIVA - Errado. O aumento do salário nominal ($dw > 0$) gera aumento do nível de preços ($dp > 0$) via equação da oferta agregada, que, por sua vez, gera redução do nível de renda ($dY < 0$).

146 O modelo em questão apresenta comportamento contracíclico, de modo que o aumento da oferta de moeda proporciona queda dos juros, aumento do produto e redução do salário real.
JUSTIFICATIVA - Certo. O modelo keynesiano é contracíclico, de modo que a expansão da quantidade de moeda aumenta o produto de equilíbrio via LM. Assim, evidencia-se ampliação da demanda agregada, com repercussão sobre o nível de preços. Portanto, o aumento do nível de preços, dado o salário nominal constante, acarreta redução do salário real.

147 Se a economia opera com câmbio flutuante, uma política de aumento dos salários nominais gera aumento do nível geral de preços e redução do produto de equilíbrio.
JUSTIFICATIVA - Certo. A expansão do salário nominal acarreta elevação do nível geral de preços e redução do produto de equilíbrio via oferta agregada. Este movimento gera repercussões no modelo IS/LM. Com efeito, a curva LM se desloca para a esquerda, de modo que, em equilíbrio, a taxa de juros está determinada ao nível internacional, e o produto, mais baixo que o observado anteriormente.

148 Sob o regime de câmbio fixo, uma política fiscal expansionista proporciona aumento da renda e das reservas internacionais, porém queda das exportações líquidas.
JUSTIFICATIVA - Certo. No regime de câmbio fixo, a curva IS determina por si só o produto. A equação de paridade de juros determina a taxa de juros de equilíbrio, e a curva LM determina a quantidade de moeda em circulação. Assim, a expansão dos gastos aumenta inicialmente a renda, a demanda por moeda e a taxa de juros. Por arbitragem, observa-se entrada de capitais até que se reestabeleça o equilíbrio entre a taxa de juros doméstica e a taxa de juros internacional. Com efeito, observa-se ampliação das reservas internacionais, expansão da base monetária e expansão do produto da economia. Como as exportações líquidas dependem do produto, observa-se contração das exportações líquidas em decorrência do aumento da importação. Nesse modelo, existe a possibilidade teórica de déficits gêmeos.

Considere-se um monopolista, cujas funções **demanda** e **custo total** são, respectivamente,

$$P = 3.000 - 5Q$$
$$CT = 200 + 10Q^2,$$

em que P representa o preço do produto, Q, a quantidade disponível desse produto e CT, o custo total do produto.

Com relação a esse modelo, julgue os itens que se seguem.

149 Ao nível de máximo lucro, o preço e as quantidades de equilíbrio serão, respectivamente, 100 e 250 unidades.
JUSTIFICATIVA - Errado.
Para maximizar o lucro (π), o monopolista calcula:

$$\pi = RT - CT = (3000 - 5Q)Q - (200 + 10Q^2)$$
$$\pi = 3000Q - 5Q^2 - 200 - 10Q^2$$
$$\pi = -15Q^2 + 3000Q - 200$$

CPO:

$$\frac{\partial \pi}{\partial Q} = -30Q + 3000 = 0$$
$$Q = 100$$

Substituindo-se $Q = 100$ na equação (1), tem-se:

$$P = 3000 - 5(100) = 3000 - 500 = 2500$$

Logo, o lucro máximo será:

$$\pi = -15(100)^2 + 3000(100) - 200$$
$$\pi = -150.000 + 300.000 - 200 = 149.800$$

150 O lucro máximo será de 149.800 unidades monetárias.
JUSTIFICATIVA - Certo.
Para maximizar o lucro (π), o monopolista calcula:

$$\pi = RT - CT = (3000 - 5Q)Q - (200 + 10Q^2)$$
$$\pi = 3000Q - 5Q^2 - 200 - 10Q^2$$
$$\pi = -15Q^2 + 3000Q - 200$$

CPO:

$$\frac{\partial \pi}{\partial Q} = -30Q + 3000 = 0$$
$$Q = 100$$

Substituindo − se $Q = 100$ na equação (1), tem-se:

$$P = 3000 - 5(100) = 3000 - 500 = 2500$$

Logo, o lucro máximo será:

$$\pi = -15(100)^2 + 3000(100) - 200$$
$$\pi = -150.000 + 300.000 - 200 = 149.800$$

Um indivíduo financiou 50% de um imóvel, no valor de R$ 240.000,00, com quitação em 10 anos e prestações mensais. O cálculo do financiamento foi feito pelo sistema de amortização constante (SAC), em que a quinta prestação é de R$ 2.160,00.

Acerca da situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

151 O juro cobrado na quinta parcela é inferior a R$ 1.000,00.
JUSTIFICATIVA - Errado.

Valor financiado = 0,5 (240.000) = 120.000
Como o financiamento é de 10 anos, a amortização será de R$ 1.000,00 em todos os 120 meses da operação.

Como a quinta parcela é de R$ 2160,00, isso significa que os juros serão de R$ 1.160,00, afinal a parcela é a soma dos juros somada à amortização.

Como o valor dos juros é de R$ 1.160,00, o cálculo da taxa mensal é feito a partir da divisão dos juros pelo saldo devedor. Tem-se, portanto, que:

Saldo devedor antes de pagar a quinta parcela: R$ 116.000,00

$$taxa\ mensal = \frac{1.160}{116.000} = 0{,}01 = 1\%$$

152 A taxa de juros mensal da quinta parcela é menor que 0,5% ao mês.
JUSTIFICATIVA - Errado.

Valor financiado = 0,5 (240.000) = 120.000
Como o financiamento é de 10 anos, a amortização será de R$ 1.000,00 em todos os 120 meses da operação.

Como a quinta parcela é de R$ 2160,00, isso significa que os juros serão de R$ 1.160,00, afinal a parcela é a soma dos juros mais a amortização.

Como o valor dos juros é de R$ 1.160,00, o cálculo da taxa mensal é feito a partir da divisão dos juros pelo saldo devedor. Tem-se, portanto que:

Saldo devedor antes de pagar a quinta parcela: R$ 116.000,00

$$taxa\ mensal = \frac{1.160}{116.000} = 0{,}01 = 1\%$$

A respeito de dados estruturados e dados não estruturados, julgue os itens que se seguem.

153 A organização de dados estruturados é totalmente aberta.
JUSTIFICATIVA - Errado. Essa é uma característica de dado não estruturado. A principal característica de dado não estruturado é que a organização deles é totalmente aberta, ou seja, não possui uma organização pré-definida ou de acordo com tipos específicos de dados.

154 Dados não estruturados são aqueles que, desde a elaboração da estrutura, são pensados estritamente com uma finalidade.
JUSTIFICATIVA - Errado. Dados estruturados é que são aqueles que, desde a elaboração da estrutura, são pensados estritamente com uma finalidade.

Considerando os princípios que regem bancos de dados relacionais, julgue os itens a seguir.

155 Em relação à independência de dados, a independência lógica garante que alterações no nível lógico não afetem os programas que usam os dados, enquanto a independência física garante que as alterações na estrutura de arquivos e índices não afetem o nível lógico.
JUSTIFICATIVA - Certo. A independência de dados são, normalmente de dois tipos, a independência lógica garante que alterações no nível lógico não
afetam os programas.

156 Em bancos de dados relacionais, a atomicidade é uma propriedade que garante que uma transação seja tratada como uma unidade indivisível de trabalho.
JUSTIFICATIVA - Certo. Em bancos relacionais a atomicidade garante que uma transação seja tratada como uma unidade indivisível de trabalho. Isso quer dizer que todas as operações realizadas dentro da transação são executadas com sucesso ou nenhuma delas é realizada, evitando inconsistências.

No que se refere a noções de *Big Data*, julgue os itens subsequentes.

157 Os bancos de dados de *Big Data* ingerem, preparam e armazenam rapidamente grandes quantidades de dados diversos em um formato que as ferramentas analíticas possam usar.
JUSTIFICATIVA - Certo. Os bancos de dados de *big data* ingerem, preparam e armazenam rapidamente grandes quantidades de dados diversos. Eles são responsáveis por converter dados não estruturados e semiestruturados em um formato que as ferramentas analíticas possam usar.

158 Dados estruturados e semiestruturados são tipos de *Big Data*, enquanto os dados não estruturados não se enquadram nos requisitos para *Big Data*.
JUSTIFICATIVA - Errado. Dados estruturados, não estruturados e semiestruturados são todos tipos de *big data*.

Com base na Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue os itens seguintes acerca dos tipos de classificação de informação e dos períodos de restrições de acesso.

159 Informações classificadas como confidenciais possuem restrição de acesso de, no máximo, três anos.
JUSTIFICATIVA - Errado. A LAI não classifica a informação como confidencial e não determina restrição nesse caso.

160 Informações classificadas como reservadas possuem restrição de acesso de, no máximo, cinco anos.
JUSTIFICATIVA - Certo. Informação reservada tem restrição máxima de 5 anos.

Espaço livre